



**Escola Judiciária Eleitoral
do Rio Grande do Norte
Celina Guimarães Viana**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

Contratação de instrutor(a) para promoção do curso “O Uso do Sistema Atena para Gestão Processual”.

2. JUSTIFICATIVA

O gerenciamento correto do acervo processual no PJe é condição precípua para imprimir maior celeridade na tramitação dos processos e uma maior transparência e eficiência na prestação jurisdicional pelo 1º grau. Oportunizar capacitação sobre o Sistema Atena aos(as) servidores(as) dos cartórios eleitorais contribuirá para a padronização de novas funcionalidades disponibilizadas pelo referido sistema e para melhoria da gestão processual e consequente repercussão nos dados estatísticos do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. Destaca-se, ainda, a necessidade de treinar os(as) novos(as) servidores(as) lotados(as) nas zonas eleitorais, que foram nomeados(as) recentemente e que nunca foram agraciados(as) com um curso nessa área.

De forma similar, as unidades da Secretaria Judiciária também operacionalizam as ferramentas que lidam com os indicadores requeridos pelo CNJ, razão pela qual faz-se necessária a participação dos(as) servidores(as) lotados(as) na referida secretaria no curso sobre o Sistema Atena para que possam efetuar o lançamento correto dos dados, visando revelar um retrato mais fiel e transparente do Judiciário do país.

Por sua vez, as unidades da CRE fornecem suporte diário às zonas eleitorais sobre a utilização do PJe, notadamente quanto à padronização dos atos praticados no PJe no âmbito do 1º grau e a correta utilização das tabelas TPUs do CNJ, diante da nova parametrização implementada pelo CNJ para a Justiça Eleitoral 2023. Por essa razão, justifica-se a destinação de carga horária específica da capacitação para os(as) servidores(as) lotados(as) em tais unidades, visando o aprimoramento desse suporte.

3. OBJETIVOS

Permitir que os(as) servidores(as) aprimorem a capacidade de utilizar adequadamente o Sistema ATENA na gestão processual, empregando o conhecimento adquirido para a melhoria dos indicadores do CNJ, bem como que sejam capazes de identificar e sanar as inconsistências de Partes, Assuntos e Movimentos Processuais. De forma mais específica:

- Possibilitar que os(as) servidores(as) dos cartórios utilizem e padronizem as funcionalidades mais relevantes do Pje para um melhor gerenciamento do acervo processual;
- Orientar os(as) servidores(as) sobre a correta utilização das tabelas TPUs para atender as regras de parametrização do CNJ (justiça em números e produtividade);

- Instruir os(as) servidores(as) sobre a utilização de ferramentas que auxiliam o PJe no gerenciamento do acervo processual.

4. PÚBLICO ALVO

Servidores(as) lotados(as) na Corregedoria Regional Eleitoral, em seções da Secretaria Judiciária e nas zonas eleitorais do RN.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Metodologia: O curso deverá ser conduzido por instrutor(a) pertencente ao quadro de servidores(as) da Justiça Eleitoral, em duas turmas fechadas para os(as) servidores(as) do TRE/RN, totalizando 17h/a, distribuídas da seguinte forma: 12h/a destinadas aos(as) servidores(as) lotados(as) na Corregedoria Regional Eleitoral e em seções da Secretaria Judiciária e 5h destinadas aos(as) servidores(as) lotados(as) nas zonas eleitorais do Estado. As aulas deverão ser expositivas e dialogadas, com aplicação de metodologias ativas, estudo de casos e com operacionalização do sistema específico.

Modalidade: Híbrido, com momento telepresencial e presencial.

Carga horária: 6h/a, nos dias 2 e 3.10, totalizando 12h/a destinadas aos(as) servidores(as) lotados(as) na Corregedoria Regional Eleitoral e em seções da Secretaria Judiciária; e 5h/a, no dia 4.10, destinadas aos(as) servidores(as) lotados(as) nas zonas eleitorais do Estado.

Período de realização: 4 a 6.10.23.

Local de realização: Plataforma Zoom, nas 5h do formato telepresencial, e no Centro de Treinamento da Justiça Eleitoral, nas 12h do formato presencial.

Conteúdo programático mínimo:

- Tabelas Processuais Unificadas – SGT – CNJ – Classes de conhecimento
- Justiça em Números x Metas Nacionais x DATAJUD
- Indicadores
- Dados estatísticos das zonas eleitorais
- Parametrização da Justiça Eleitoral – 1º Grau/Variáveis
- Lançamento da movimentação processual
- Julgamento
- Baixa definitiva
- Gestão processual
- Conserto de Inconsistências Partes/Assunto/Movimento

6. MATERIAL DIDÁTICO

Fornecido pelo(a) instrutor(a).

7. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Avaliação contínua, mediante a observação do(a) docente, no decorrer das ações em aula: participação de cada cursista, pertinência das observações, atenção e envolvimento com os temas e estratégias utilizadas. Observação da participação dos(as) discentes nas discussões desenvolvidas

no decorrer da aula e sua contribuição para a construção da reflexão sobre o material proposto.

8. INSTRUTOR

- Micheline Elga Pessoa de Melo

Técnica Judiciária – área administrativa do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Bacharel em Informática e em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), com pós-graduação *latu sensu* em Redes de Computadores e Mestrado em Informática Aplicada também pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Foi Instrutora do PJe no TRT11 de 2016 a 2019, ministrando os seguintes módulos: Triagem Inicial, Fase de Conhecimento, Fase de Execução, Assistente de Juiz, Secretarias de Turma e Pleno/ Sessão de julgamento, Gabinetes, Central de Mandados. Trabalhou no Núcleo de Apoio ao PJe e Gestão do TRT11, bem como assessorou o Desembargador Presidente do TRT11, Lairto José Veloso, no Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Trabalhou na ASPEG/NES do TRE-CE, sendo responsável pela conferência dos dados encaminhados ao CNJ via Justiça em Números, Metas Nacionais e Módulo de Produtividade Mensal, bem como participou do Grupo de Trabalho do DATAJUD no TRE-CE. Em julho de 2021 foi lotada na Secretaria da Corregedoria Regional e em outubro de 2022 foi designada para ocupar a Coordenadoria de Apoio às Zonas Eleitorais e Acompanhamento de Metas do TRE-CE. É atualmente, desde 05 de junho de 2023, Secretária de Planejamento Estratégico e Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Ministrou diversos cursos com abordagem dos temas: Prestação de Contas Eleitorais: Gestão Processual no PJe no TRE-CE; Prestação de Contas Eleitorais: Gestão Processual e Melhoria dos Dados Estatísticos nas Zonas Eleitorais; “O Uso do Atena para Gestão processual nas Zonas Eleitorais”; “O Uso do Sistema Atena para Gestão das Metas e Indicadores Processuais nas Zonas Eleitorais”, nos Tribunais Regionais Eleitorais do RN, MG e PB. Curso “TPU e Glossário Metas do Poder Judiciário para 1º e 2º graus” no TRE-PR. Palestrante do 1º Fórum Nacional de Estatísticas e Gestão Processual da Justiça Eleitoral com o tema “Saneamento das Inconsistências do Datajud – Principais Soluções adotadas pelos Regionais” em 13/04/2023, Instrutora do Curso “O Uso do Sistema Atena para Gestão Processual” para o TRE-AP nos dias 29, 30 e 31 de maio de 2023, para servidores(as) das Zonas Eleitorais e gestores(as) da Corregedoria e Secretaria Judiciária.

9. SANÇÕES

INFRAÇÃO CONTRATUAL	PONTUAÇÃO
Entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante as execuções dos projetos.	1
Atrasos indevidos que possam prejudicar a execução dos projetos.	1
Deixar de cumprir os termos objetos da contratação.	1
	1

Não prestar os termos com a especificação contratada.	
10. DISPOSIÇÕES GERAIS	
<p>Considerando não haver produto similar no mercado para atender a presente demanda de capacitação, verifica-se que o curso contratado por meio de instrutoria apresenta-se como a mais adequada solução, visto que a experiência de uma formadora da própria Justiça Eleitoral, Mestre em Informática aplicada, com experiência como assessora de Ministros de Tribunais Superiores, como Coordenadora de Apoio às Zonas Eleitorais e Acompanhamento de Metas da Corregedoria Regional Eleitoral do CE e como instrutora em cursos sobre o PJe, confere caráter singular aos serviços prestados pela servidora Micheline Elga Pessoa Melo. Ademais, o curso realizado por um(a) instrutor(a) interno(a) permite que seu conteúdo seja editado como melhor convém ao Tribunal.</p>	

Devânia Araújo de Figueiredo Varella
Titular do Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento/GAPEJE
Integrante Demandante


Rodrigo Vilarim Martins
Assessoria Jurídica e Correicional da Corregedoria Regional Eleitoral - AJCRE
Integrante Técnico